

Governo encaminha projeto de lei que regulamenta mercado do gás no país Novo projeto atende pleitos da Petrobras. Senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) se mostra surpreso com atitude do governo

Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

07/03/2006

O governo encaminhou nesta terça-feira, 7 de março, o projeto de lei do setor do gás natural no país ao Congresso Nacional. Segundo informações do Ministério de Minas e Energia, o projeto tem por objetivo dar maior competitividade do gás no mercado energético brasileiro, além de oferecer modicidade tarifária dos preços de movimentação do produto. O PL visa ainda estabelecer mecanismos que propiciem transparência e competitividade à cadeia de comercialização do gás natural no país.

O novo projeto de lei deve causar ainda muita polêmica no mercado, visto que já existe um projeto, o do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), tramitando no Senado Federal. Um dos principais pontos do projeto do governo diz respeito a construção de novos gasodutos. Pela proposta, a construção poderá se dar por meio de concessões, precedida de licitação; ou autorização, o que já é feito hoje pela Agência Nacional de Petróleo. A melhor opção de modalidade (licitação ou autorização) será decidida pelo governo, dependendo do nível de interesse pelo empreendimento. A questão foi alvo de críticas da Petrobras no PL Tourinho, que condiciona a construção de novos gasodutos à modalidade de concessões.

Na avaliação da estatal, essa modalidade pode tornar o processo lento e inviabilizar as decisões de investimentos. O projeto de lei do governo propõe ainda que os dutos a serem concedidos ou autorizados terão prazo de concessão ou autorização de 35 anos, sendo revertido para a União ao final desse período. Neste caso, o governo poderá levar o duto para re-licitação. O projeto prevê ainda que os dutos existentes, em construção ou em licenciamento ambiental sejam devolvidos ao governo ao final do período de autorização, também de 35 anos, contados da publicação da lei.

Outro ponto criticado pela estatal petrolífera no projeto de lei de Tourinho e que ganhou força no texto do Executivo é o agente responsável por supervisionar a malha de gasodutos no país. Pela proposta do senador, será instalado um operador, assim como já existe no setor elétrico, para desempenhar esse papel. No PL do governo, a função será exercida pela ANP. O texto do Executivo estabelece ainda um período de exclusividade de 10 anos, a partir do início da operação, para dutos existentes, em construção ou em processo de licenciamento.

Na proposta do senador Rodolpho Tourinho, não há prazo de exclusividade. O texto do governo também determina que ficará a cargo do fornecedor a identificação dos consumidores em mercado primário, cuja interrupção no consumo possibilitará a disponibilização ao mercado secundário, pleito da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres atendido pelo governo.

O encaminhamento, pelo governo, de um novo projeto de lei do gás ao Congresso Nacional causou surpresa ao senador Rodolpho Tourinho. Segundo o senador, ele, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e a Petrobras haviam se reunido na semana antes do Carnaval para discutir pontos do projeto de lei em andamento no Senado. "Avançamos bastante em todos os pontos do projeto. Essa decisão do governo pegou todos nós de surpresa", disse o senador.

Ao final da reunião, Tourinho contou que ficaram apenas dois pontos ainda a serem tratados: a questão da concessão/autorização para construção de novos gasodutos e a fronteira entre Petrobras e distribuidoras estaduais. O senador afirmou que o líder do governo e a própria estatal não sabiam desse outro projeto, inclusive da condução do documento ao Congresso Nacional. No entanto, Tourinho disse que vai avaliar o projeto de lei apresentado pelo governo e, se houver pontos positivos, incluirá em seu PL.

"Não estamos interessados em saber de que vem a proposta. O que queremos é o melhor para o país", ressaltou Tourinho. Na avaliação de **Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica**, a iniciativa do governo representa um retrocesso e pode

atrapalhar a decisão de novos investimentos em infra-estrutura. Segundo ele, essa decisão "atropelada" do governo causa estranheza ao mercado, pois o próprio governo, inclusive a Petrobras, buscavam conversas com o senador Rodolpho Tourinho. O executivo reforçou que a atitude do governo, ao invés de contribuir para a construção de um ambiente legal para o setor do gás, trará ainda mais confusão para o mercado.